



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Profissional de Apoio: Definições e Atribuições Uma Análise acerca das Políticas Públicas em Municípios da Grande Florianópolis/SC

Magali Dias de Souza (Professora Doutora do IFC/CAM)
Maria Eugenia Ferreira Pinto Durieux (Mestranda em Educação IFC/CAM)
Lenize Silva Arrojo (Mestranda em Educação IFC/CAM)

RESUMO

Em nosso país o sistema escolar pauta-se na perspectiva da educação inclusiva, sendo a educação um direito de todos, fundamental, incondicional, indisponível e inalienável. Mas para além do direito ao acesso, é preciso a efetivação do direito à acessibilidade no contexto educacional. Consoante a isso e com base em marcos legais, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão, este artigo apresenta uma análise acerca das políticas públicas, no que refere-se a presença de Profissional de Apoio nos contextos escolares. Através de uma pesquisa documental e uma metodologia que envolveu levantamento de dados. Tendo como fonte de pesquisa, quatro municípios da região metropolitana de Florianópolis, SC. Realizou-se uma análise comparativa, categorização e discussões, a partir de documentos oficiais que nos forneceram elementos para investigar as documentações legais que regem desde a contratação do Profissional de Apoio, a identificação das definições dadas, a descrição das funções, atribuições e nomenclatura atribuídas a este profissional no contexto escolar inclusivo. Os resultados prévios mostram que, embora haja diferenças nas nomenclaturas e nas legislações municipais, quanto às definições dos profissionais de apoio, estes desempenham funções que visam assegurar o acesso, a participação e a mediação da aprendizagem dos estudantes com deficiência na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação, Educação Inclusiva, Profissional de Apoio.

PROBLEMA DE PESQUISA

Em nosso país o sistema escolar pauta-se no paradigma da educação inclusiva, Políticas Públicas implementadas em consonância com marcos legais internacionais (UNESCO, 1990) como a Declaração Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca (1994), que convergiram para elaboração e implementação da Política Nacional



XXII ENCONTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (Brasil, 2008), bem como, para

a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, que asseguram “o direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação nos espaços escolares” (Brasil, 2008). É necessário dizer que, para além do direito ao acesso, é preciso a efetivação do direito à acessibilidade no contexto educacional, em todas suas dimensões. Como aporte teórico destacamos as seis dimensões de acessibilidade descritas por Sasaki (2006), que direcionam a eliminação de barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência, são elas: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica,

instrumental, programática e atitudinal. As escolas devem ser um espaço com condições arquitetônicas, pedagógicas e recursos humanos que deem suporte para que inclusão se efetive.

À vista disso, a LBI ressalta que cabe ao poder público assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Trazendo em seu escopo a figura do Profissional de Apoio e definindo sua atividade no contexto escolar:

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (Brasil, 2015)

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nosso intuito é analisar através de uma pesquisa documental como as políticas públicas estão sendo interpretadas e aplicadas em relação ao profissional de apoio. De acordo com Gil (2002, p.62-3), “a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser fonte rica e estável de dados, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes”.

Nesse sentido, este artigo objetiva fazer uma análise a partir de documentos oficiais que regem a contratação deste profissional, identificando as definições, funções, atribuições e nomenclatura que o designam. Para a análise das informações, categorização e agrupamento dos dados utilizamos uma adaptação da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011).

A pesquisa abrange dados de quatro municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, cuja sede é a cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que a região metropolitana é composta pelo município de Florianópolis e mais oito municípios vizinhos (Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso

Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara), formando uma área urbana contínua. Os quatro municípios selecionados para o estudo, com base em critérios populacionais e de densidade geográfica conforme dados do IBGE/2022, são: Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis. Essa seleção visa proporcionar uma análise das documentações legais que regem desde a contratação do Profissional de Apoio, a identificação das definições dadas, a descrição das funções, atribuições e nomenclaturas utilizadas. Além disso, a pesquisa também buscará relacionar as funções e atribuições que se correlacionam umas com as outras nesses municípios citados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das fontes, foi criado um quadro comparativo que possibilita a categorização, através do cruzamento e da descrição dos dados intencionados.

Quadro 1: Referência: Município, Nomenclatura e Lei de Criação

Município	Nomenclatura	Lei de criação
Florianópolis	Professor Auxiliar de Educação Especial	Portaria Nº 007/2014.
Palhoça	Professor Educação Especial	Lei Complementar Nº 97, De 15 de Dezembro de 2010.
São José	Auxiliar de Ensino Educação Especial	Portaria Municipal nº 1.269/2017.
Biguaçu	Segundo Professor	Lei Nº 3913, de 15 De Fevereiro de 2019.

fonte: elaborado pelas autoras

Diante da análise realizada, observa-se a presença de diferentes nomenclaturas para os profissionais de apoio de quatro municípios da região metropolitana de Florianópolis. Em Biguaçu são referidos como Segundos Professores, enquanto em Palhoça a denominação adotada é Professor de Educação Especial. No município de São José, os profissionais são denominados Auxiliares de Ensino de Educação Especial, e em Florianópolis, encontramos a designação de Professor Auxiliar de Educação Especial. O que demonstra que apesar da existência de políticas públicas que regulamentam a atuação do profissional de apoio, ainda há uma falta de uniformidade na nomenclatura e nas atribuições deste profissional entre os diferentes municípios, assim como apontam Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018, p. 41), onde afirmam que esta variação de denominação ocorre a nível nacional apesar das atribuições deste profissional receber uma função comum.



Ao prosseguir com a análise dos documentos oficiais, identificou-se que algumas atribuições possuíam características semelhantes, estando uma atribuição interligada à outra, desempenhando a mesma função. Por exemplo, as atribuições "Trabalho em parceria com o professor de sala de aula", ocasionalmente eram abordadas de maneira subjetiva em certos trechos do texto da lei, sem deixar explicitamente claro, o trabalho pedagógico envolvendo os dois profissionais.

Em três municípios, Florianópolis, Biguaçu e São José, destaca-se a realização de atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência, demonstrando a atuação de tarefas no apoio direto aos alunos. Nos quatro municípios, Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça é evidenciada a participação ativa dos profissionais de apoio nos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, como reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento e grupos de estudos das unidades educativas, ressaltando a integração desses profissionais no contexto escolar e pedagógico.

A necessidade de trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula comum é destacada em três municípios, são eles: Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, apresentando a importância da colaboração e da parceria entre os profissionais envolvidos no processo educacional inclusivo. Em Florianópolis e São José, é mencionada a responsabilidade de elaborar plano de trabalho e relatórios sobre o estudante acompanhado, evidenciando o trabalho que é realizado através do suporte nos apoios necessários para acesso e participação nas atividades dentro do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, a análise dos documentos oficiais que regem a contratação do profissional de apoio, nomenclatura dada, a identificação das definições de suas funções e atribuições no contexto escolar inclusivo, observou-se que este profissional configura-se agente importante no processo de inclusão de estudantes público da Educação Especial no ensino regular. Contudo, apesar de suas funções e nomenclatura serem definidas legalmente em âmbito nacional, nos municípios pesquisados, há uma variação no que tange à nomenclatura, porém, pontos de convergência na especificação de suas atribuições.



XXII ENCONTRO ENFOQUE
Principalmente para o apoio nas atividades de vida diária dos estudantes, como apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção. Entretanto, há diferentes direcionamentos, que podem levar a dúvidas interpretações acerca do papel do profissional nos processos de mediações pedagógicas, seus limites e possibilidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 distribuiu a disponibilização desses profissionais de apoio como uma das ações necessárias para a efetivação da inclusão escolar. No entanto, os documentos legais não especificam claramente a formação necessária para o exercício dessa função, o que gera divergências na prática. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destaca a necessidade de oferecer profissionais de apoio escolar, e conforme delineado por esse documento, indica a compreensão de que o apoio à inclusão vai além do escopo educacional tradicional, incorporando aspectos práticos para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência, sendo justificada quando a necessidade específica do estudante, que tem deficiência ou autismo, não é atendida dentro do contexto geral dos cuidados e mediações pedagógicas oferecidos aos demais estudantes.

Isto posto, destacamos que os resultados prévios do estudo nos sinalizam a importância da continuidade desta pesquisa, desde o aprofundamento dos processos descritivos, analíticos até os ensaios interpretativos do estudo. Que posteriormente irão empreender a discussão, para além da caracterização do profissional de apoio, às nomenclaturas utilizadas, os critérios dispostos nos editais de contratação e a formação acadêmica exigida para assumir o cargo. Provocando reflexões quanto ao papel que o profissional de apoio desempenha no contexto educacional inclusivo, bem como suas possibilidades de atuação direcionadas para promoção e/ou garantia da acessibilidade no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. Nota Técnica N. 24. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei no 12.764/2012. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo com apoio a inclusão escolar unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: **WVA**, 2006.